



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

TERMO DE REFERÊNCIA

MENOR PREÇO

OBJETO: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 05 (CINCO) SOFTSTARTERS E ACESSÓRIOS PARA O SISTEMA DE PARTIDA DE MOTORES DA ESTAÇÃO DE BOMBEAMENTO EB-01 DO PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO PONTAL, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PETROLINA, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ÁREA DE ATUAÇÃO DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.

*Elaborado por: Eng. Samir Coelho Cunha
Cadastro nº 9313-06
CODEVASF 3ª SR*

Janeiro / 2020



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	3
3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	5
4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE	5
5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS	6
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	7
7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA.....	8
8. PROPOSTA.....	8
9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	9
10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	11
11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS	11
12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	11
13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	11
14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS	12
15. FISCALIZAÇÃO.....	13
16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	14
17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	15
18. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	16
19. GARANTIA DOS MATERIAIS	17
20. CONDIÇÕES GERAIS	17
21. ANEXOS.....	17



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Fornecimento e instalação de 5 (cinco) *softstarters* e acessórios para o sistema de partida de motores da Estação de Bombeamento EB-01 do Projeto Público de Irrigação (PPI) Pontal, localizado no Município de Petrolina, no Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	Quant.
1	Chave <i>softstarter</i> para motor	Pç	5,00
2	Fusível ultrarrápido para uso com chave <i>softstarter</i>	Pç	15,00
3	Fusíveis ultrarrápidos sobressalentes para uso nas chaves <i>softstarters</i>	Pç	15,00
4	Chave seccionadora fusível compatível com o tamanho dos fusíveis ultrarrápidos dimensionados. Obs.: caso não exista chave seccionadora para o tamanho do fusível, será utilizada base fusível ou solução técnica que deverá ser aprovada pela fiscalização.	Pç	5,00
6	Serviço de Retirada dos elementos de partida existentes no painel e instalação dos novos sistemas de acionamentos, proteções e acessórios ao perfeito funcionamento do sistema	un	5,00

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

ÁREA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E INFRAESTRUTURA – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos serviços de engenharia, objetos deste Termo de Referência.

3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Petrolina/PE, em cuja jurisdição territorial localiza-se os fornecimentos e serviços objeto deste Termo de Referência.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambos com relação à execução dos fornecimentos.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

PROPOSTA– Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo sítio do Compras Governamentais pelo seguinte endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. Critério de Julgamento: Menor Preço

3.2. Modo de disputa: Aberto.

4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE

4.1. Os materiais objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues na estação de bombeamento denominada EB-01 do PPI Pontal, localizada a 40 km do centro de Petrolina, no Estado de Pernambuco.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

4.2. O município de Petrolina localiza-se no estado de Pernambuco, na Mesorregião do São Francisco Pernambucano, distante 712 km a oeste de Recife, capital estadual.

4.3. O acesso à cidade de Petrolina dá-se, principalmente, por meio da Rodovia BR-428, trecho Petrolina – Buíque e Rodovia BR-232 Buíque à capital do estado, Recife, sendo esse o trajeto mais curto (712 km); outra opção, mais longa, é continuar na BR-428 até Recife, aumentando o trajeto para 860km.

4.4. O meio de transporte e o acondicionamento equipamentos previstos no objeto deste TR deverão ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas à vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS

5.1. O objeto do presente TR compreende o fornecimento, no qual estão inclusos a carga, o transporte e a descarga de materiais e equipamentos, assim como sua instalação no sistema de acionamento dos motores elétricos da estação de bombeamento EB-01 do PPI Pontal conforme relação descrita no item 1 deste TR.

5.2. A descrição dos fornecimentos consta das Planilhas de Quadro Comparativo de Preços (QCP) e nas Especificações Técnicas, apresentados, respectivamente, nos Anexos II e III deste TR, os quais deverão ser observados criteriosamente pelos licitantes.

5.3. A montagem dos equipamentos e a supervisão de montagem faz parte do escopo de fornecimento.

5.4. A Codevasf não dispõe, no local da entrega, equipamentos e pessoal para realizar as atividades de descarga dos materiais e equipamentos a serem fornecidos conforme o objeto deste TR; devendo ser avisada via e-mail, com antecedência devida (mínimo de 3 dias úteis) da previsão da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento, por empregado da empresa, do recebimento dos materiais a serem entregues.

5.5. A descarga dos materiais e equipamentos no local designado é de responsabilidade do licitante e a CODEVASF não fornecerá os equipamentos de manuseio.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

5.6. O meio de transporte e o acondicionamento dos itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade dos mesmos.

5.7. Todo o transporte deve ser acompanhado pelo licitante, inclusive nos eventos de carregamento e de descarga dos itens a serem fornecidos objeto deste TR, bem como realizar, juntamente com a fiscalização, a conferência, recebimento dos equipamentos e verificação de possíveis avarias.

5.8. Todo carregamento deverá ser acompanhando dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, empresas que atendam as exigências do TR e seus anexos.

6.1.1. Poderão participar desta licitação empresa brasileira, empresa estrangeira em funcionamento no País, empresa brasileira representante de empresa estrangeira, representante de empresa estrangeira e ainda empresa estrangeira que não funcione no País.

6.1.2. As propostas serão aceitas somente para todos os itens que o licitante esteja concorrendo, conforme Planilhas de Quantidades e Preços Orçados e nas Especificações Técnicas – Anexo II e III deste TR. Cotações para itens isolados não serão aceitas, implicando na desclassificação da proposta.

6.2. CONSÓRCIO

6.2.1. Não será permitida a participação de consórcio.

6.3. SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação.

6.4. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

6.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

7.1. O atestado de visita aos locais do fornecimento **não será obrigatório**; porém é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do projeto.

7.1.1. Os custos de visita ao local onde serão entregues os materiais correrão por exclusiva conta do licitante.

7.1.2. Em caso de dúvidas sobre onde serão entregues os materiais objeto desse termo de referência ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Irrigação, em Petrolina, no estado de Pernambuco, no telefone (87) 3866-7712.

8. PROPOSTA

8.1. As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada bem ofertado;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este TR, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;
- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados materiais, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo IV, que é parte integrante deste termo de Referência.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

8.1.1. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica e de campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos legais incidentes, e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste TR. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

8.1.2. Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos materiais, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.1. Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste TR.

9.1.2. Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos equipamentos, que não restrinja os direitos da CODEVASF e as obrigações do licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outros licitantes que ofertarem equipamentos dentro das condições estabelecidas. A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais, constantes das Especificações Técnicas, Anexo III deste Termo de Referência.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

9.1.1. O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Atestado(s) em nome da concorrente, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos de forma a permitir a constatação da experiência do licitante na execução de fornecimento dos materiais, de acordo com a exigência mínima destacada no quadro adiante:

Item	Descrição
1	Fornecimento de Softstarter com corrente nominal igual ou superior a 500 A ou Fornecimento e instalação de softstarter para motor de 300 cv ou maior.

b) O licitante deverá apresentar catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:

b1) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;

b2) Desenhos preliminares dos equipamentos e materiais ofertados com dimensões, peso e demais características;

b3) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos do licitante deverá ser indicada, de forma clara, quais os bens que constituem o objeto da proposta;

9.1.1.1. Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito a aprovação pela Codevasf.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo de **R\$ 257.660,75 (duzentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos)**, a preços de julho/2020, conforme indicado no anexo II deste TR. O valor em epígrafe foi obtido a partir de pesquisa de preços praticados no mercado.

10.2. Os recursos orçamentários da CODEVASF correrão à conta do Programa de Trabalho Nº 20.607.2077.5260.0026 – Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.826 ha, no estado de Pernambuco, sob a gestão da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS

11.1. O prazo para vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias consecutivos a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, acrescido de mais 30 (trinta) dias consecutivos para expedição do Termo de Encerramento Físico dos fornecimentos.

12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento, objeto desta licitação, será efetuado em reais, com a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, e de acordo com o cumprimento dos seguintes eventos, observados ainda os subitens seguintes:

a) 100% (cem por cento) após a entrega, instalação e testes no local de recepção, com o atesto da nota fiscal de agente fiscalizador indicado pela CODEVASF que estará no local para essa tarefa.

12.2. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento da instalação e testes dos equipamentos adquiridos.

13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

13.1. Os preços para estes fornecimentos serão fixos e irredutíveis.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS

14.1. Após o término dos fornecimentos/serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à Codevasf, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.

14.2. O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

b1) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

14.2.1. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

14.2.2. Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

14.2.3. A Codevasf rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o contrato.

14.3. A Codevasf, por meio da fiscalização, terá 90 dias, contados a partir do dia posterior ao prazo descrito na alínea "a" do subitem 14.2, para verificar a adequação dos fornecimentos/serviços recebidos com as condições contratadas, vistoriar os equipamentos disponibilizados e emitir parecer conclusivo.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

14.4. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os equipamentos rejeitados.

14.5. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para emissão de:

- a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica;
- b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF); e

14.6. Aceitos e aprovados os fornecimentos/serviços, a Codevasf emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA.

14.7. O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela Codevasf sobre a execução do objeto contratado.

14.8. A fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

15. FISCALIZAÇÃO

15.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

15.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

15.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

15.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento/serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Unidade Regional de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação, 3ª/GRI/UGE, responsável pela execução do contrato.

15.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

15.6. Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à Unidade Regional de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação, 3ª/GRI/UGE, da Codevasf, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

15.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

15.8. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos/serviços prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1. O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

16.2. O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.

16.3. Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

16.4. Caso solicitada, a contratada deverá comprovar a adoção de práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. O licitante fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos.

17.1.1. O licitante, para demonstrar confiabilidade dos equipamentos/materiais a serem fornecidos, deverá apresentar uma ou mais declarações de fornecimento com as características técnicas mínimas solicitadas na comprovação de experiência específica exigida acima, apresentando o seguinte:

- Características do sistema de operação
- Local de instalação
- Nome e endereço do cliente



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

17.1.2. A confiabilidade dos equipamentos será avaliada com base nas declarações sobre experiências de campo fornecidas junto com a proposta para equipamentos com as características técnicas mínimas solicitadas no item.

17.2. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações com o setor público, comprometendo-se a agir contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados para que conheçam e cumpram as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf; abstendo-se ainda de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento, por meios dos canais de denúncias disponíveis.

18. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

18.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

18.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

18.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

18.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

18.5. Rejeitar todo e qualquer fornecimento/serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

18.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos/serviços contratados.

18.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

19. GARANTIA DOS MATERIAIS

19.1. A garantia dos materiais deverá constar das Especificações Técnicas do fabricante a serem apresentadas pela CONTRATADA.

20. CONDIÇÕES GERAIS

20.1. Este TR e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

21. ANEXOS

21.1. São ainda, documentos integrantes deste TR:

- Anexo I – Justificativa
- Anexo II – Especificações Técnicas
- Anexo III – 3 Propostas Comerciais e Quadro Comparativo de Preços



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do equipamento a ser adquirido, previstas no TR e que aqui, após relacionadas, passam a integrá-lo.

Justificativas:

Da necessidade da contratação

Justificam-se as razões de interesse público, pois é extremamente necessária a contratação dos fornecimentos/serviços objeto da presente licitação.

Com a contratação proposta, teremos as seguintes vantagens técnicas quando da partida dos motores da EB-01 do PPI Pontal:

- Ajuste da tensão de partida por um tempo pré-definido;
- Pulso de tensão na partida para cargas com alto conjugado de partida;
- Proteção contra falta de fase, sobrecorrente e subcorrente etc.;
- Partida do tipo eletrônica, fato este que propicia melhorias significativas em sua performance ao ser acionado, evitando-se solavancos nos equipamentos rotativos;
- Melhoria de eficiência de trabalho dos motores, reduzindo-se as possibilidades de paradas não programadas para execução de manutenções em caráter corretivo.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO

A modalidade de licitação adotada será a de Pregão Eletrônico considerando que se trata de bens (ou serviços) comuns de engenharia e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances verbais e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art. 1º da Lei Federal nº 10,520, de 17 de julho de 2002. A técnica envolvida na execução do fornecimento (ou serviços) objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

O essencial para a eficácia da licitação, é que o escopo de fornecimento (ou de serviços) seja bem definido e especificado de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O TR e as Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento (ou de serviços) que será contratado.

Os serviços indicados neste TR deverão ser licitados em **grupo único**, haja vista que as 5 (cinco) unidades de equipamentos a serem fornecidas e instaladas são exatamente iguais.

Permite Participação de Consórcios: Não: A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo, por esta razão, pertinente a formação de consórcios.

Permite Subcontratação: Não: Os fornecimentos e serviços necessários ao cumprimento do objeto deste TR são de baixa complexidade, e os mesmos podem ser realizados por uma única empresa evitando-se eventuais desencontros entre os cronogramas e planos de trabalho do fornecedor dos materiais e do executor dos serviços.

Critério de Julgamento – Menor preço

Do valor e modo de disputa “Aberto”:

Consoante ao art. 25 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, *por não se tratar de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam: I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional; II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País; III - prejudicar ou pôr em risco informações fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais; IV - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população; V - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País; VI - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas; VII - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional; VIII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou IX - comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações.* Elegeram-se pela divulgação do valor máximo aceitável para a contratação, bem como pelo modo de disputa aberto/público.

**Ministério do Desenvolvimento Regional**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

Garantia do Objeto – A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O licitante vencedor responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

ANEXO II
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 05 (CINCO) SOFTSTARTERS E ACESSÓRIOS PARA O SISTEMA DE PARTIDA DE MOTORES DA ESTAÇÃO DE BOMBEAMENTO EB-01 DO PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO PONTAL, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PETROLINA, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ÁREA DE ATUAÇÃO DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.

1. OBJETIVOS

A presente Especificação tem por objetivo estabelecer as condições técnicas mínimas, as quais deverão ser obedecidas pela contratada, para o FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 05 (CINCO) SOFTSTARTERS E ACESSÓRIOS PARA O SISTEMA DE PARTIDA DE MOTORES DA ESTAÇÃO DE BOMBEAMENTO EB-01 DO PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO PONTAL, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PETROLINA, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ÁREA DE ATUAÇÃO DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.

2. ESCOPO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS

ITEM 1: SISTEMA DE PARTIDA SUAVE COM SOFTSTARTER

- Instalação de módulo de partida suave (softstarter) nos quadros respectivos de cada motor, utilizando os painéis existentes. Atualmente os painéis estão padronizados para partida direta. Todos os componentes retirados e não utilizados devem ser devolvidos a fiscalização.
- A softstarter deve ter as seguintes características mínimas:
 - Soft Starter Digital para partida/parada suave de motores elétricos trifásicos 380 V

**Ministério do Desenvolvimento Regional**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

- Controle nas 3 fases de saída (6 tiristores).
- Corrente mínima de 500 A
- Faixa de potências mínima: compatível com motor trifásico de 300 HP / 380 V
- Frequência de Alimentação: 60 Hz (+/- 10 %)
- Rampa de aceleração
- Limite de Corrente
- Temperatura de Operação: -10°C a +60°C
- A softstarter deve ter contator de by-pass interno. Caso não tenha, deverá ser fornecido e instalado o contator de by-pass externo a softstarter.

Modos de Partida e Parada:

- Partida com “quickstart”
- Parada por Rampa de Tensão
- Parada de Emergência

Entradas e Saídas:

- Entradas de controle: mínimo 1
- Saídas relé programáveis: mínimo 2 (01 NA + 01 NA-NF)
- Saída Analógica Programável: 1 (0 a 20 mA ou 4 a 20 mA)

Interface:

- Display (IHM) gráfico para programação, operação e status. A IHM deverá ficar na porta do painel, ou seja, deverá ser disponibilizada IHM remota com seu respectivo cabo de interligação e demais acessórios para seu perfeito funcionamento.
- Idioma em Português
- Visualizações mínimas no display integrado (IHM): Correntes de fase / tensões
- LEDs de indicação de Ligado / Aviso / Alarme / Partida Local / Partida Remota / Motor Parado / Reset
- Tecla para acesso aos Alarmes (“Alarm Log”)

**Ministério do Desenvolvimento Regional**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

- Registro dos últimos alarmes, indicando data e horário
- Registro dos últimos Eventos (Ações, Avisos e Alarmes), indicando data e horário
- Tecla de Partida Local/Remoto no display (IHM)
- Medição de Corrente nas Três fases do motor (3 TCs)
- Bloqueio da programação por senha
- Reset automático de falhas

Proteções:

- Sequência de Fases
- Perda de Potência
- Falte de Fase
- Frequência de entrada
- Tempo excessivo de partida
- Desbalanceamento de corrente
- Sub Corrente
- Sobre Corrente instantânea
- Entrada para Termistor do Motor
- Sobrecarga do Motor
- Sobrecarga no Relé de Bypass
- Temperatura no dissipador
- Falha na Comunicação Serial na Rede
- Falha na Comunicação Serial no Soft Starter
- Falha na Entrada Digital
- Curto Circuito no SCR
- Bateria / Relógio interno

Recursos para Água :

**Ministério do Desenvolvimento Regional**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

- Menu de Programação com aplicação pré-configuradas (Bombas Centrífugas)
- Relógio em Tempo Real com Bateria de Lítio (vida útil de 10 anos)

- **Fusível Ultra Rápido**

O fusível ultra rápido deverá ser o recomendado pelo fabricante. Caso não exista seccionado fusível disponível em função do tamanho do fusível dimensionado, deverá ser adotada a utilização de base fusível convencional ou outra solução técnica recomendada pelo fabricante e aprovada pela fiscalização.

Na composição unitária foram contabilizados 6 (seis) fusíveis por softstarter, sendo 3 unidades para utilização imediata no circuito e 3 unidades reservas, as quais deverão ser entregues a fiscalização.

No caso de utilização do tipo “Flush End”, não terá uso de base fusível convencional ou seccionadora, mas sua estrutura de fixação nas barras deverá ser contabilizada na proposta.

Acessórios:

- **IHM Remota + cabo. A IHM remota e o cabo de interligação devem ser fornecidos. A IHM deverá ser instalada na porta do painel.**

Outras exigências contratuais:

- Entrega à Codevasf dos softwares de Programação e Seleção + catálogo dos cabos utilizados;
- Instalação dos cabos de ligação dos quadros aos motores com conectores adequados.
- A softstarter deve apresentar qualidade semelhante às de fabricantes consagrados no mercado, tais como Danfoss, Siemens, ABB, Weg, dentre outros.
- Assistência técnica autorizada em Pernambuco.

**Ministério do Desenvolvimento Regional**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

- A parametrização das softstarter deverá ser contabilizada nos custos da licitante vencedora.
- Barras de cobre, cabos, terminais e demais acessórios necessários à instalação da softstarter no painel devem estar contabilizadas na proposta.

Proteção:

- A proteção da softstarter deve ser feita com fusível ultrarrápido. Estes custos devem estar contabilizados na proposta.
- Deve também ser prevista a proteção da eletrônica da softstarter conforme orientação do fabricante. Geralmente a proteção da alimentação é feita com disjuntor de 2A. Neste caso, esta proteção também deve estar contabilizada na proposta.

ITEM 2: Remoção dos Elementos do Antigo Sistema de Acionamento

Todos os elementos antigos, que não serão mais utilizados no painel, deverão ser retirados e entregues a fiscalização na própria Estação de Bombeamento (EB). Deverá ser realizado inventário de tudo que está sendo entregue. A fiscalização, de posse do inventário, fará processo de entrega deste material ao representante da CODEVASF no perímetro.

Responsáveis pelas informações

Eng. Samir Coelho Cunha
Cadastro nº 9313-06



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura - AD

ANEXO Iii

**PROPOSTAS COMERCIAIS E QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS, PARA FINS
DE LEVANTAMENTO DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA**